



CADERNO TEOLÓGICO


Religião, democracia e direitos humanos

periodicos.pucpr.br/cadernoteologico

 PUCPRESS

A Literatura e o Concílio Vaticano II: a Igreja aberta à Cultura

Literature and the Second Vatican Council: the Church open to Culture

Luís Henrique Piovezan ^[a] 

São Paulo, SP, Brasil

Como citar: PIOVEZAN, Luís Henrique. A Literatura e o Concílio Vaticano II: a Igreja aberta à Cultura. *Caderno Teológico, Religião Democracia e Direitos Humanos*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v.10, n.1, p. 93-110, jan./jun, 2025. DOI: <https://doi.org/10.7213/2318-8065.10.01.p93-110>

Resumo

Uma das novidades do Concílio Vaticano II foi a mudança de como a Igreja Católica se relaciona com a Cultura, as Artes e a Literatura. De uma visão punitiva, a Igreja apresentou uma visão aberta a essas manifestações. Partindo da análise do discurso inicial de João XXIII no Concílio Vaticano II e da carta de Francisco sobre a Literatura no ensino da Igreja, este artigo aborda as questões que o aprofundamento do estudo da Literatura pode gerar na Igreja. A apresentação das críticas à Igreja Católica de dois romances clássicos (“O Crime do Padre Amaro” e “Dom Casmurro”) indicam que o estudo de obras literárias pode trazer questionamentos perturbadores à Igreja. No caso, identificou-se questões sobre seminários, celibato e diaconato permanente. Assim, conclui-se que o “aggiornamento” proposto por João XXIII ainda está longe de ser atingido em plenitude, pois há a necessidade de Francisco chamar atenção ao estudo da Literatura. Ao contrário, o “aggiornamento” corre o perigo de se extinguir com uma Igreja mais normativa.

Palavras-chave: Literatura. Concílio Vaticano II. Presbiterato. Celibato. Diaconato Permanente.

Abstract

One of the novelties of the Second Vatican Council was the change in how the Catholic Church relates to Culture, the Arts and Literature. From a punitive view, the Church presented a view open to these manifestations. Starting from the analysis

^[a] Engenheiro Civil, Mestre em Engenharia de Produção, Teólogo - Centro Universitário Claretiano: Batatais, São Paulo, e-mail: lhpiovezan@terra.com.br

of John XXIII's opening speech at the Second Vatican Council and Francis' letter on Literature in Church teaching, this article addresses the questions that the deepening of the study of Literature can generate in the Church. The presentation of criticism of the Catholic Church in two classic novels ("The Crime of Father Amaro" and "Dom Casmurro") indicates that the study of literary works can bring disturbing questions to the Church. In this case, questions about seminaries, celibacy and permanent diaconate were identified. Thus, it is concluded that the "aggiornamento" proposed by John XXIII is still far from being fully achieved, as there is a need for Francis to draw attention to the study of Literature. On the contrary, aggiornamento runs the risk of being extinguished with a more normative Church.

Keywords: Literature. Second Vatican Council. Presbyterate. Celibacy. Permanent Diaconate.

Introdução: Como a Igreja vive o discurso inicial do Concílio?

O Concílio Vaticano II surgiu como uma novidade na Igreja. Ao contrário da visão dos dois concílios anteriores (Trento e Vaticano I), o Concílio Vaticano II questionava a própria Igreja Católica ao invés de apresentar doutrinas fechadas e sintetizadas em anátemas e condenações. A ideia era que a Igreja deixasse de ser um tribunal julgando inclusive aspectos científicos e culturais para ser uma Igreja que se relaciona com o mundo pelo diálogo, por exemplo, com a Cultura, as Artes e a Literatura. O discurso inicial do papa João XXIII (1962) pedia uma mudança na forma de combater os erros, com mais misericórdia do que severidade. Pela indicação inicial de João XXIII, a Igreja Católica deveria passar por um "aggiornamento", uma renovação das formas de entender e de se relacionar com o mundo. O documento que mais abordou essa questão foi a constituição pastoral *Gaudium et Spes* (VATICANO II, 1965).

Embora os documentos do Concílio Vaticano II tenham feito uma proposta completa de "aggiornamento" da Igreja Católica, valorizando o seu contato com o mundo, nem sempre as mudanças realizadas pelo Concílio Vaticano II foram bem aceitas e implementadas. O Concílio Vaticano II propôs uma Igreja mais analítica da sociedade do que uma Igreja sintetizadora de regras e exigências. A questão que se coloca é o motivo que leva à Igreja Católica a não implantar a visão analítica de Igreja proposta pelo Concílio de forma total. Um dos sinais dessa incompletude é a carta que o Papa Francisco escreveu em 2024, cerca de 60 anos após o Concílio, sobre o papel da Literatura na Educação (FRANCISCO, 2024). A questão que surge é porque a necessidade de uma carta desse tipo considerando a abertura à Cultura claramente indicada pela *Gaudium et Spes* (VATICANO II, 1965, n.62) e a visão renovadora de João XXIII. Essa carta é sinal de que nem tudo caminhou como previsto.

Uma das dificuldades da aproximação da Igreja Católica com o mundo cultural é que a Literatura nem sempre se apresenta favorável à estrutura da Igreja Católica. Partindo da análise de dois livros clássicos em Língua Portuguesa – "O Crime do Padre Amaro" (QUEIROZ, 2011) e "Dom Casmurro" (ASSIS, 2009) –, verifica-se que as críticas nem sempre foram bem absorvidas. No caso, por exemplo, pode-se mostrar a dificuldade de ampliação do Diaconato Permanente, que poderia resolver alguns dos problemas apontados no romance sobre o celibato. O Diaconato Permanente ainda caminha a passos lentos com um pequeno número de ordenados nesse grau inicial.

O Concílio Vaticano II trouxe várias inovações que aproximaram a Igreja Católica da vida atual. Mudanças na Liturgia, no acesso aos textos sagrados e no reconhecimento do papel dos leigos foram fundamentais para essa aproximação. Esse artigo, baseado na carta de Francisco (2024), porém, argumenta que há muito o que se fazer para se atingir os objetivos de João XXIII (1962). Embora tenha trazido mudanças, parte da Hierarquia da Igreja Católica ainda defende um modelo sintético de Igreja, ou seja, em que a Hierarquia determina as regras e não admite questionamentos. Pelo contrário, o Concílio Vaticano II propôs um modelo em que a doutrina é entendida e relida em diálogo com a realidade em que essa Igreja se insere. É uma visão analítica de Igreja.

A questão que se coloca nesse artigo é se os pontos do Concílio Vaticano II que ainda não foram completamente difundidos na Igreja Católica podem comprometer seus resultados. Para isso, inicia-se com a Análise do Discurso do discurso de João XXIII (1962) e da carta sobre a Literatura de Francisco (2024).

Análise do Discurso como método teológico

A Teologia tem como fonte diversos textos. Para entender o significado dos textos, é preciso realizar a interpretação cuidadosa desses textos. Para textos antigos como a Bíblia, as ferramentas de análise interpretativa são conhecidas como hermenêutica e exegese. Para textos mais modernos, pode-se usar técnicas literárias como a Análise do Discurso.

O objetivo da Análise do Discurso é mais do que simplesmente entender o que o texto diz, mas questionar sobre o que está escrito. Não é um julgamento do texto, mas a busca de interpretações profundas das argumentações do autor do texto. E esse questionamento aproxima a Análise do Discurso da pesquisa qualitativa. Segundo Yin (2016, p. 158),

Embora a análise de estudos qualitativos não siga um livro de receitas tampouco ela é totalmente desregrada. Na verdade, a experiência prática na realização de pesquisa qualitativa, bem como os estilos analíticos representados em numerosos textos sugerem que a maior parte da análise qualitativa – seja qual for a orientação qualitativa particular adotada – segue um ciclo geral de cinco fases: (...) (1) compilar, (2) decompor, (3) recompor (e arranjar), (4) interpretar e (5) concluir.

Para a Análise do Discurso, o texto é dividido em suas estruturas e partes argumentativas. O fluxo entre as premissas e as conclusões é estabelecido e utilizam-se esquemas e fluxogramas para explicitar essa estrutura argumentativa. O objetivo dessa análise é verificar se as premissas sustentam as conclusões do autor do texto. Não há uma técnica única para a Análise do Discurso, mas é uma forma ampla de se analisar os textos.

E, embora se tenha uma definição ampla, a Análise do Discurso pode ser utilizada em estudos religiosos. Como indica Hjelm (2011, p. 143),

A análise do discurso tem se mostrado uma ferramenta poderosa para analisar dados qualitativos, e não há razão para que não possa ou não deva ser usada no estudo da religião. A partir de uma perspectiva discurso-analítica, religião como assunto não é diferente da cultura jovem, crime, racismo, sexualidade, gênero, desemprego, educação, etc. (apenas para citar alguns campos onde a análise do discurso já foi amplamente utilizada).

Uma das formas de Análise de Discurso é o uso de “nuvens de palavras” aplicadas em um texto. Na estrutura da nuvem de palavras, são retirados os artigos e todas as palavras de ligação e de apoio como conjunções, adjetivos e outras. A nuvem de palavras é um desenho em que as palavras que mais aparecem são escritas em maior tamanho para destaque. Pela apresentação das palavras mais comuns em maior tamanho, pode-se ter ideia do foco do texto. Para Miley e Read (2011, p.92), as vantagens são voltadas à síntese e à quantificação da importância dos assuntos tratados no texto:

A vantagem das nuvens de palavras é que elas criam uma imagem visual simples. Eles enfatizam as palavras mais usadas, permitindo que os estudantes se concentrem nelas e reflitam sobre se teriam enfatizado as mesmas palavras.

Assim, o uso da nuvem de palavras é apenas uma primeira aproximação para o foco do texto em questão. O objetivo da nuvem de palavras é verificar o assunto mais citado no texto. Além disso, para o aprofundamento com o

estudo da estrutura, o texto é decomposto em argumentos básicos de forma a se criar um esquema ou um mapa de argumentos. A partir deste mapeamento, permite-se explicitar o esquema de argumentação utilizado pelo autor. Esse esquema ordena de forma visual como o autor vai apresentando e encadeando as ideias de forma a apresentar sua lógica. Como indicam Lawrence e Reed (2016, p. 379),

Esquemas de argumentação capturam estruturas de inferência (tipicamente presuntiva) de um conjunto de premissas até uma conclusão e representam padrões estereotipados de raciocínio humano. Como tal, os esquemas de argumentação representam um descendente histórico dos temas de Aristóteles e, assim como os temas de Aristóteles, desempenham um papel valioso tanto na construção quanto na avaliação dos argumentos.

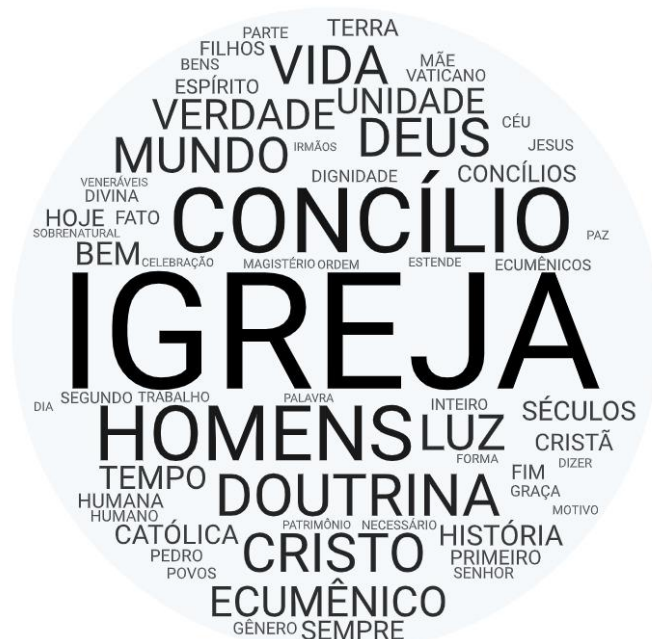
Não há um modelo único para um mapa de argumentos, pois o objetivo é ilustrar como se encadeiam os argumentos, como se ligam as premissas às conclusões. Nos dois próximos capítulos, a Análise do Discurso será aplicada ao discurso inicial de João XXIII no Concílio Vaticano II (JOÃO XXIII, 1962), para entender o objetivo inicial do Concílio, e será aplicada à carta sobre a Literatura de Francisco (2024), para entender o que Francisco indica como a necessidade de Literatura. Com isso, pode-se verificar a relação entre os dois textos e associar isso à efetiva aplicação do Concílio Vaticano II.

Análise do discurso inicial de João XXIII: entendendo o objetivo do Concílio

Em 11 de outubro de 1962, há sessenta e três anos, o Papa João XXIII dava início ao que se convencionou chamar de “aggiornamento” da Igreja Católica pelo Concílio Vaticano II. Nesse dia, João XXIII proferiu o discurso inaugural (JOÃO XXIII, 1962), cujas palavras mais usadas estão na nuvem de palavras da Figura 1.

A palavra IGREJA é a que mais aparece no discurso, com 36 aparições, mais do que a palavra CONCÍLIO, com 20 aparições. Isso indica a preocupação do Papa João XXIII em atualizar a Igreja. A quantidade de palavras mostra que a preocupação de João XXIII era com a Igreja em si e não com algum ponto doutrinário. Ele queria que a Igreja se repensasse enquanto estrutura religiosa.

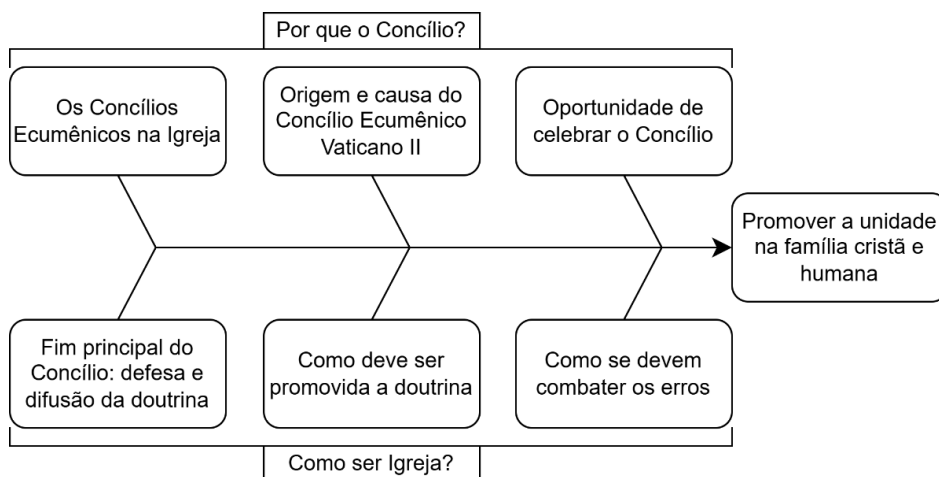
Figura 1 – Nuvem de palavras do discurso inaugural do Concílio Vaticano II (JOÃO XXIII, 1962)



Fonte: Elaboração do autor a partir de João XXIII (1962).

O discurso tem sete capítulos. Os três primeiros são um pequeno histórico para explicar a necessidade de um Concílio. Os três seguintes apresentam, na visão de João XXIII, a forma de defesa e de difusão da doutrina. O último capítulo traz a ideia de “promover a unidade na família cristã e humana”. O esquema é simples e está na Figura 2.

Figura 2 – Estrutura do discurso inaugural do Concílio Vaticano II (JOÃO XXIII, 1962)



Fonte: Elaboração do autor a partir de João XXIII (1962).

Para promover essa unidade tanto na família cristã como na família humana, João XXIII (1962, V, 3) propõe uma aproximação da vida terrena mortal com a vida celestial:

Isto mostra como é preciso ordenar a nossa vida mortal, de maneira que cumpramos os nossos deveres de cidadãos da terra e do céu, e consigamos deste modo o fim estabelecido por Deus. Quer dizer que todos os homens, tanto considerados individualmente como reunidos em sociedade, têm o dever de tender sem descanso, durante toda a vida, para a consecução dos bens celestiais, e de usarem só para este fim os bens terrenos sem que seu uso prejudique a eterna felicidade.

Esse enunciado de aproximação com a realidade da vida mortal de João XXIII encontra eco em todos os textos do Concílio. A Igreja e seus membros não podem ser um tribunal inquestionável e separado. A Igreja não pode se eximir da realidade em que vive. Por exemplo, o preâmbulo da *Gaudium et Spes* exprime o mesmo sentido do discurso inaugural (VATICANO II, 1965, n.1):

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. (...) Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história.

A questão que se coloca é se essa ideia de aproximação com a realidade da vida mortal expressa no Concílio Vaticano II vem sendo aplicada na Igreja. Para isso, analisa-se uma das cartas do Papa Francisco escrita quase 62 anos após a solene abertura do Concílio Vaticano II.

Análise da carta sobre a Literatura de Francisco: a necessidade de Literatura

Em 17 de julho de 2024, o Papa Francisco escreve uma carta sobre a Literatura (FRANCISCO, 2024). A contagem das palavras mostra que a palavra mais usada é LITERATURA, com 46 aparições. PALAVRA e VIDA aparecem em segundo e terceiro lugares com, respectivamente, 20 e 19 vezes. A Figura 3 traz a nuvem de palavras.

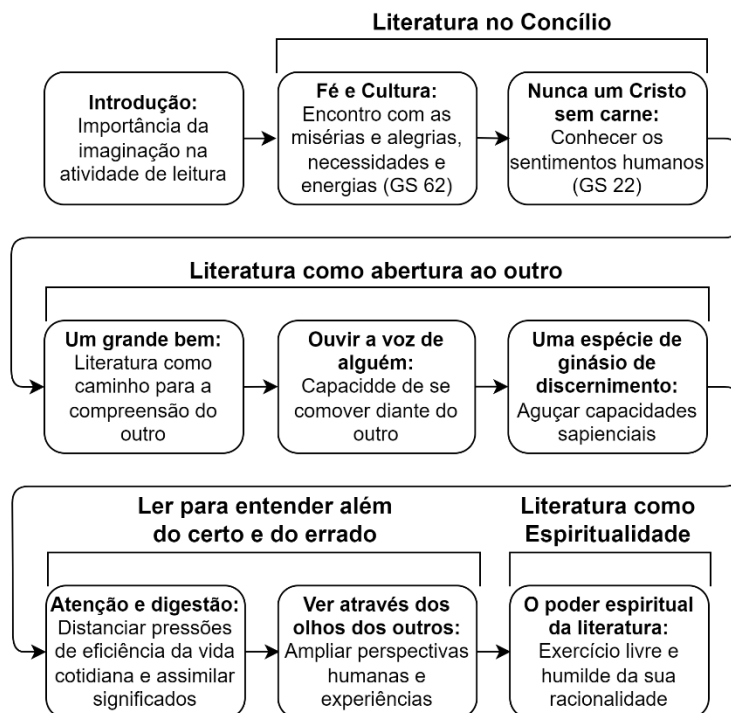
Figura 3 – Nuvem de palavras da carta de Francisco sobre a Literatura (FRANCISCO, 2024)



Fonte: Elaboração do autor a partir de Francisco (2024).

Conforme está na Figura 4, Francisco recorda que o Concílio Vaticano II fala sobre Literatura na *Gaudium et Spes*, principalmente nos parágrafos 22 e 62. A partir dessas citações, Francisco coloca a Literatura como abertura ao outro. Uma abertura que pretende superar a pressão da eficiência da vida moderna e aprende a ver os outros como uma nova perspectiva. Em outras palavras, a abertura da Igreja ao mundo ainda é falha por se deixar de lado a escuta do mundo que a Literatura traz. Para Francisco, a falta de leitura tem fechado a Igreja ao mundo.

Figura 4 – Estrutura da carta de Francisco sobre a Literatura (FRANCISCO, 2024)



Fonte: Elaboração do autor a partir de Francisco (2024)

Ao referenciar a *Gaudium et Spes* (VATICANO II, 1965, n.62), o Papa Francisco retoma o tema da Literatura que foi abordado pelo Concílio:

A literatura e as artes são também, segundo a maneira que lhes é própria, de grande importância para a vida da Igreja. Procuram elas dar expressão à natureza do homem, aos seus problemas e à experiência das suas tentativas para conhecer-se e aperfeiçoar-se a si mesmo e ao mundo; e tentam identificar a sua situação na história e no universo, dar a conhecer as suas misérias e alegrias, necessidades e energias, e desvendar um futuro melhor. Conseguem assim elevar a vida humana, que exprimem sob muito diferentes formas, segundo os tempos e lugares.

Ao aprofundar esse item, o Papa Francisco coloca a importância de entender a Literatura como um caminho para a compreensão do outro. A leitura se torna uma atividade de reflexão sobre o outro, permitindo o discernimento e o entendimento. A leitura leva a uma compreensão acima do simples “certo e errado” que gera situações em que se pensa em apenas punir o errado. Isso aproxima essa carta do discurso inaugural do Concílio Vaticano II (JOÃO XXIII, 1962). Ler, para o Papa Francisco, é uma atividade que exige distanciamento das pressões da vida e amplia a perspectiva humana das pessoas. Leitura, como ele indica, tem um papel fundamental na formação dos católicos e de seus líderes (Francisco, 2024, 41):

Espero ter evidenciado o papel que a literatura pode desempenhar na educação do coração e da mente do pastor ou futuro pastor, no sentido de um exercício livre e humilde da sua racionalidade, de um reconhecimento fecundo do pluralismo das linguagens, de um alargamento da sua sensibilidade humana e, finalmente, de uma grande abertura espiritual para escutar a Voz através de muitas vozes.

Se a Literatura tem a função de ouvir o outro, Francisco indica que essa posição significa que não deveria haver nenhuma oposição ao diálogo com obras literárias. Diálogo no sentido de não condenar ou proibir ideias, mas de argumentar a partir das críticas recebidas. É claro que a Igreja Católica não publica mais um índice de livros proibidos, mas isso não impede que a Igreja se posicione contra obras literárias e artísticas e indique a necessidade de censura ou algo parecido. Porém, isso nem sempre ocorre. Por exemplo, Lopes (2010, p.319) cita:

Entre as obras de José Saramago, pode-se afirmar com segurança que a mais polêmica é O Evangelho segundo Jesus Cristo. Palco de disputas infundáveis na época de seu lançamento, principalmente em Portugal, quando um eminente prelado da Igreja Católica chegou mesmo a vir a público em defesa da fé cristã classificando o livro de “uma grande merda”, esse romance do escritor português tornar-se-ia um cavalo de batalha entre alguns críticos sensíveis ao estatuto do sagrado e do profano na modernidade.

Esse é apenas um exemplo entre vários que podem ser apresentados em que a Literatura e as Artes foram alvo de proibições e censura pela Igreja ou estimulada por ela. Ao contrário do que indica o Concílio Vaticano II, a interpretação da Arte ainda cabe a clérigos de alto escalão. Isso é uma volta ao passado que ameaça a renovação. Como indica Souza (2004, p.91),

Talvez, hoje, estejamos mais próximos da Igreja do começo dos anos de 1950, final do pontificado de Pio XII, do que dos tempos do papa João XXIII e do Vaticano II. Naquele primeiro momento, o Papa, centralizador, tratava de quase todos os temas, inibindo um debate e seus silêncios e omissões também pesavam bastante.

O Concílio Vaticano II, apesar de sua forma renovadora, não conseguiu mudar totalmente a forma hierarquizada na qual a Igreja Católica se estruturou a partir do Concílio de Trento. A estrutura clerical ainda é muito valorizada, apesar dos avanços obtidos. Há 30 anos, Libânio (1995, p.328) já indicava a falha do processo de implantação do Concílio Vaticano II:

Ele anunciava mudanças profundas na estrutura interna da Igreja na linha de maior participação dos leigos, da transformação da concepção e prática do ministério ordenado, da implantação da colegialidade em todos os níveis de Igreja, quer no plano deliberativo, quer decisivo. Esse processo ficou a meio caminho.

A carta de Francisco, no mesmo sentido, mostra a dificuldade da Hierarquia da Igreja Católica em aceitar interpretações diferentes da que considera doutrinária, correta e ideal. Essa possibilidade de dialogar com interpretações diferentes desafia a hierarquia da Igreja Católica. Aceitar esse desafio não é a destruição dessa Hierarquia, mas exige o aprendizado dessa Hierarquia em lidar com o Diálogo. E dialogar exige um aperfeiçoamento dos argumentos e dos enunciados dos dogmas. As questões fundamentais devem ser refeitas e respondidas novamente, não com os mesmos argumentos, mas com novos argumentos. Francisco (2024, 12), por exemplo, indica como Paulo faz isso no discurso do Areópago. Para Francisco, saber lidar com o diverso pelo contato com a Literatura ajuda a renovar a Igreja, os pensamentos. Evita um congelamento. Segundo Francisco (2024, 42):

A literatura ajuda o leitor a quebrar os ídolos das linguagens autorreferenciais, falsamente autossuficientes, estaticamente convencionais, que por vezes correm o risco de contaminar até o nosso discurso eclesial, aprisionando a liberdade da Palavra.

Se a Literatura produz esses efeitos, questiona-se a razão de ainda se ter, na Igreja Católica, resistência a uma adoção mais ampla da Literatura chegando até em tentativas de manter uma cultura de censura dentro da Igreja. Para responder a essa questão, esse artigo vai examinar dois livros clássicos em língua portuguesa com críticas à Igreja.

As críticas literárias à Igreja de Eça de Queiroz e de Machado de Assis

José Maria de Eça de Queiroz (1845-1900), português, e Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), brasileiro, foram os primeiros escritores realistas da Língua Portuguesa. Em 1875, Eça de Queiroz publica o “O Crime do Padre Amaro” (QUEIROZ, 2011), que conta a história de Amaro, um padre de Leiria. Em 1899, Machado de Assis publica “Dom Casmurro” (ASSIS, 2009), que conta a história de Bento Santiago, um advogado no Rio de Janeiro.

Não se pretende, nesse artigo, apresentar uma análise literária completa das duas obras, mas o objetivo é perceber como as críticas apresentadas podem ser interessantes para um debate na Igreja Católica. Nos dois livros, os personagens principais são levados ao Seminário. No caso de Amaro Vieira, personagem de Eça de Queiroz, ele é levado ao Seminário por exigência do testamento de sua tutora, marquesa de Alegros, patroa dos seus falecidos pais, que fornece recursos para os estudos no Seminário. No caso de Bento Santiago, personagem de Machado de Assis, ele é levado ao Seminário por uma promessa de sua mãe viúva, D. Glória, que tem posses para sustentar sua promessa. Amaro e Bento não possuem vocação. O primeiro tem desejos lascivos e libidinosos com mulheres e o segundo possui uma paixão adolescente por Capitu. A vontade de nenhum dos dois é consultada.

Por sua vez, as lamentações de Amaro são sobre a falta de possibilidade de ter relações com mulheres. Sonha com isso. Ser padre o impedirá de casar-se ou de ter amantes, pensava. Para Amaro, o Seminário é um “tempo das galés”. Como descreve o narrador (QUEIROZ, 2011, p.33):

No entretanto, escutando por simpatia aqueles para quem o seminário era o “tempo das galés”, saía muito perturbado daquelas conversas cheias de impaciente ambição da vida livre. Às vezes falavam de fugir. Faziam planos, calculando a altura das janelas, as peripécias da noite negra pelos negros caminhos: anteviam balcões de tabernas onde se bebe, salas de bilhar, alcovas quentes de mulheres. Amaro ficava todo nervoso: sobre o seu catre, alta noite, revolvía-se sem dormir e, no fundo das suas imaginações e dos seus sonhos, ardia, como uma brasa silenciosa, o desejo da Mulher.

O desespero de Amaro com a possibilidade de conhecer o amor feminino acaba quando, já em Leiria, percebe que pode manter uma amante. Imita o cônego. Apaixona-se por Amélia, filha da amante do cônego Dias, seu companheiro de batina. E Amaro é correspondido. Eça de Queiroz expõe a hipocrisia de padres que, declarando o celibato, mantêm amantes.

Machado de Assis descreve o Seminário como um impedimento para a realização da paixão de Bento e Capitu. Como D. Glória ainda está viva, eles procuram formas de evitar a promessa e a ordenação de Bento. Com a ajuda de Escobar, amigo de Bento no Seminário, os familiares de Bento conseguem indicar que a promessa da mãe poderia ser alterada para a ajuda à formação de um vocacionado sem dinheiro para os estudos no Seminário.

Para Amaro, o Seminário era uma libertação dos parentes que arruinavam seu patrimônio. Bento não era ouvido com dificuldade pelos seus parentes. Padre Cabral, um sacerdote em ascensão na carreira, aconselha Bento a ir ao Seminário, pois, para o padre Cabral, a vocação pode surgir dentro do Seminário, que considera uma boa escola (ASSIS, 2009, pos.1779):

Um moço sem gosto nenhum à vida eclesiástica pode acabar por ser muito bom padre; tudo é que Deus o determine. Não me quero dar por modelo, mas aqui estou eu que nasci com a vocação da Medicina; meu padrinho, que era coadjutor de Santa Rita, teimou com meu pai para que me metesse

no seminário; meu pai cedeu. Pois, senhor, tomei tal gosto aos estudos e à companhia dos padres, que acabei ordenando-me. Mas, suponha que não acontecia assim, e que eu não mudava de vocação, o que é que acontecia? Tinha estudado no seminário algumas matérias que é bom saber, e são sempre melhor ensinadas naquelas casas.

Nos dois livros, os personagens principais são impelidos sem vocação para a vida celibatária de um sacerdote, que era vista muito mais como um cargo do que uma consagração para a vida religiosa. Além da crítica aos seminários, os dois autores indicam uma Igreja Católica que não se preocupava muito com a vocação dos que entravam no Seminário. Como coloca o personagem padre Cabral, ser padre é gostar de estudos e da companhia de outros padres.

Alguns podem argumentar que se trata de problemas passados: os seminários tornaram-se faculdades de Teologia e de Filosofia. O problema, porém, é mais sobre a estrutura dos seminários do que sobre a idade dos seminaristas. Como colocam, por exemplo, Benelli e Costa-Rosa (2003, p.121):

O Seminário, funcionando a partir da lógica das instituições totalitárias, despoja o indivíduo de sua autonomia, responsabilidade, capacidade de reflexão crítica, procurando transformá-lo em massa dócil, que pode ser moldada, obediente e submissa. Como opera por subtração, retira o vocacionado da vida civil corrente para torná-lo um "seminarista", personagem habitante de um mundo clerical. É preciso examinar constantemente o seminarista, que é considerado tacitamente como um transgressor em potencial: vindo das camadas populares, das quais é arrancado, deve, no processo formativo institucional, socializar-se e identificar-se com o poder clerical dominante, alinhado com as forças hegemônicas sociais.

Embora Eça de Queiroz e Machado de Assis tenham dado foco à questão do celibato no Seminário, a crítica se aprofunda na questão da estrutura do próprio sistema formativo da Igreja Católica. E, apesar da valorização da relação com a cultura como indicada na *Gaudium et Spes* (VATICANO II, 1965, n.62), ainda está longe de ocorrer essa aproximação. A carta de Francisco (2024) não seria necessária se, nos seminários, houvesse a liberdade para os debates que a Arte e a Literatura exigem.

Um dos pontos inquestionáveis na formação dos sacerdotes é o celibato clerical. Essa falta de questionamento também influenciou o Concílio Vaticano II. Tanto que a questão do celibato quase impediu a restauração do Diaconato Permanente. Conforme colocam Hackmann e Santos (2016, p.204):

A questão do celibato foi mais difícil, pois restringir a ordenação ao diaconato permanente a homens celibatários não parecia oposto ao significado teológico e histórico desta ordem sacra, como alguns objetavam. Assim, após uma longa discussão e votação, com uma pequena maioria a favor, o Concílio optou por conceder a ordenação diaconal a homens maduros, que poderiam ser casados, e não possibilitar o matrimônio aos jovens ordenados diáconos permanentes não casados, de acordo com a tradição da Igreja sobre o celibato eclesialístico.

Esse tipo de dificuldade com o Diaconato Permanente ainda persiste na Igreja. Não é apenas a questão do celibato, mas é a quebra da visão clerical da Igreja Católica, que ainda possui uma visão hierarquizada da Religião e da Igreja. Conforme coloca Onestini (2017, p.126),

A recuperação da figura ministerial do diácono permanente, desaparecida por séculos, abre a possibilidade de um exercício do ministério declinado em múltiplas formas. Para apreciar plenamente a novidade trazida pelo diaconato para a autoconsciência e para a missão da Igreja, pede-se não só um aprofundamento das experiências do passado, mas a "inaugurar" formas inteiramente novas. O diaconato é um evento de grande importância para a renovação da Igreja. Infelizmente, depois de cinquenta anos desde o Concílio, o potencial de renovação para toda a Igreja inerente a esta figura de

ministro ordenado ainda não foi suficientemente acolhido e valorizado na reflexão teológica e na vida das comunidades cristãs.

Essa dificuldade se reflete no número de diáconos permanentes em relação ao número de presbíteros. Segundo a agência Fides (FIDES AGENCY, 2024, p.5-6), são 407.730 padres no mundo e 50.159 diáconos permanentes. Aproximadamente, há um diácono permanente para cada oito sacerdotes. A relação quantitativa entre o número de diáconos permanentes e o número de presbíteros deveria ser muito maior, pois eliminou-se o impedimento pelo celibato, gerando uma renovação e uma aproximação com o mundo. Porém, em muitos casos, o sopro de renovação é substituído por uma quase equalização do diácono permanente com o presbítero. Inclusive pelo uso de vestes litúrgicas semelhantes e celebrações constantes. Tem-se apenas um “ajudante” do padre e não alguém a serviço da Igreja de forma renovada e próxima. Com a atual forma, perdeu-se a possibilidade de se debater a multiplicidade de ações de ministério.

Isso não quer dizer que se deva abolir o celibato ou tornar o Diaconato Permanente totalmente livre e sem critério. Pelo contrário, esses assuntos devem ser debatidos. Não como questões internas da Igreja Católica, mas como questões do significado da Igreja na cultura moderna. A Arte e a Literatura devem ajudar a isso. Não com um ensino de regras impostas, mas como uma Igreja que lê a realidade.

Como se vê, essa simples análise de dois livros clássicos da Língua Portuguesa já traz questões fortes sobre a Igreja. A Literatura gera pessoas com a capacidade de analisar e questionar. Uma Igreja que lê passa de uma visão sintética da Fé, voltada a proibições, para uma Igreja analítica, que questiona. Não é perda de Fé. É uma visão que busca sempre renovar a Igreja. É uma religião analítica.

Ler e interpretar: uma religião analítica

Como foi desenvolvido no item anterior, a Literatura pode gerar questionamentos inconvenientes para a Igreja Católica ou para qualquer Igreja, instituição ou associação que se pretenda centralizadora. Por isso, a reação da Igreja Católica à criação da máquina de imprimir de tipos móveis de Johannes Gutemberg foi a elaboração de um Índice de Livros Proibidos. Como coloca Sheridan (2006, p.24),

A invenção do tipo móvel em 1453 criou uma situação muito nova e acelerou a mudança religiosa e social. Como os livros agora tinham uma circulação mais extensa e, portanto, por causa de um público mais amplo, eles tinham uma influência maior. (...) A leitura generalizada de traduções e interpretações recém-impressas da Bíblia aumentou a rápida ascensão e disseminação da Reforma em toda a Europa setentrional. Por causa da impressão, as obras de Martinho Lutero foram lidas do norte ao sul da Alemanha poucas semanas depois de serem escritas. No início, a reação da Igreja Católica foi confusa e ineficaz, mas à medida que a Contrarreforma ganhava força, uma de suas táticas era a supressão de livros perigosos, especialmente nos países do sul da Europa que permaneciam na órbita católica.

Entre 1557 e 1966, a Igreja Católica emitia condenações à leitura dos livros que considerava perniciosos para a Fé. É claro que não é uma característica única da Igreja Católica. A censura se caracteriza, em diversas formas, em instituições e governos centralizadores. A consequência desse tipo de censura foi a redução de trocas de ideias entre as pessoas. E essa redução de troca de ideias gerou consequências econômicas. Como colocam Blasutto e De La Croix (2023, p.2921), que estudaram a evolução da publicação científica na Itália e na Europa na Renascença:

A censura tem um efeito direto no acúmulo de conhecimento, tornando o material censurado menos disponível para os estudiosos. Também desencoraja os escritores de se envolverem em trabalhos não-conformes e, portanto, modifica a alocação de talentos em diferentes tipos de atividades. (...)

Investigamos se a censura foi responsável pelo desaparecimento da ciência italiana e valorizamos a importância relativa do canal direto versus o canal de escolha de atividade.

Esse desaparecimento da ciência italiana da Renascença teve impactos diretos no desenvolvimento econômico dos diversos reinos da Itália. Isso atrasou a implantação da Revolução Industrial na Itália. Conforme colocam Blasutto e De La Croix (2023, p.2922),

Finalmente, pode-se perguntar se a censura da Igreja também teve um papel no declínio econômico da Itália. Isso não é implausível, uma vez que pesquisas recentes destacaram o papel da produção de capital humano de alto nível na ascensão da Europa pré-industrial (...). Nossa análise prepara o terreno para pesquisas futuras sobre esse tópico, ligando diretamente a censura da Igreja à produção de capital humano de alto nível.

Em outras palavras, a falta de autonomia cultural ocasionada pelas proibições de ler publicações previamente censuradas pela Igreja – e que poderiam levar a condenações – levou à redução da livre circulação de ideias que caracteriza o desenvolvimento científico, econômico e cultural de um país. A autonomia é fundamental para o conhecimento, conforme coloca Freire (1996, p.22),

É preciso, sobretudo, e aí vai um desses saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

A ideia do Papa Francisco e do Concílio Vaticano II (cf. VATICANO II, 1965, n.62) é aproximar a Igreja da realidade atual. Mas isso, no Concílio, não era um entendimento geral. Esses conceitos não surgiram sem um conflito de ideias. Como coloca Manzini (2013, p.219),

Aquela Igreja enclausurada na sacristia e afastada das coisas do mundo, sempre com medo do novo, não podia mais nortear as decisões e os caminhos. Eram necessárias respostas que promovessem possibilidades concretas para superar o divórcio estabelecido entre a secularização e as exigências ético-morais que surgiam do seguimento radical da proposta de Jesus. Essa resposta-compromisso não se contrapõe necessariamente à doutrina. Podemos identificar, posteriormente, algumas tentativas de se negar o valor doutrinal do texto. Era como se toda a preocupação com o mundo, colocado dentro da dimensão pastoral, pudesse negar a tradição da Igreja. Isto denota claramente como a Igreja se entendia naquele período.

Com a proposição do Concílio Vaticano II, João XXIII mostrou que percebeu que a Igreja Católica não poderia mais ser apenas um rígido Depósito de Fé, uma Fé fixa e não dialogada com a Modernidade. Esse enrijecimento estava levando a Igreja a perder seu significado como entidade e como religião. Era preciso rever o próprio significado de Religião buscando fontes sobre isso. Tomás de Aquino (2003, p.II-II, q.81, a.1) define religião de três formas:

Escreve Isidoro: “Religioso (adjetivo derivado de religião) é definido por Cícero como aquele que repassa e, por assim dizer, relê o que se refere ao culto divino”. Desse modo, religião parece dizer reler aquilo que pertence ao culto divino, porque isto deve ser frequentemente refletido no coração, segundo se lê no livro dos Provérbios: “Em todos os teus caminhos, pensa n'Ele”. – Pode o termo religião também ser entendido, conforme Agostinho, no sentido de “reeleger a Deus, a quem por negligência perdemos”. – Pode ainda ser compreendido como derivado de religar, segundo o mesmo Doutor: “A religião nos religará ao Deus único e onipotente”.

Seja uma releitura, uma reeleição ou uma religação, a definição de Tomás de Aquino exige que os religiosos sejam autônomos, não no sentido de terem visões divergentes de sua religião, mas de buscarem o próprio caminho dentro da vida e da religião católica. Em outras palavras, a releitura do culto a Deus é algo subjetivo e permite que se tenham vários caminhos com o mesmo objetivo. Isso não significa um relativismo, mas a identificação da diversidade presente desde o início da cristandade. Como indica Theissen (2009, p.389),

O cristianismo primitivo aparece como um caos ebuliente de diversos grupos, como uma pluralidade de correntes, entre as quais o judeo-cristianismo, o cristianismo sinótico, paulino e joanino que cunhavam sucessivos desenvolvimentos – mas que nisso também eliminaram formas radicais de judeo-cristianismo, como tendências gnósticas no cristianismo joanino. Cada uma dessas correntes continuou a construir, de forma bem idiossincrática, no edifício comum. Isso não obstante, em todos os âmbitos da catedral construída, constata-se os mesmos princípios de construção. Esses princípios de construção são os axiomas de base e os motivos de base da religião cristã primitiva: eles constituem a gramática da nova linguagem simbólica religiosa.

O Concílio Vaticano II reativou essa possibilidade de acolher a diversidade que era sua característica nos primeiros tempos. Essa diversidade encontra-se expressa nas diversas abordagens dos textos do Novo Testamento. As diferenças em detalhes entre, por exemplo, o Evangelho de João e os Evangelhos Sinóticos mostram diferentes concepções de Igreja a partir do mesmo princípio religioso. Dessa possibilidade de diversidade surgiu, por exemplo a Teologia da Libertação. Essa diversidade de pensamentos é defendida pelo Papa Francisco (2013, 40):

A Igreja, que é discípula missionária, tem necessidade de crescer na sua interpretação da Palavra revelada e na sua compreensão da verdade. (...) Além disso, dentro da Igreja, há inúmeras questões à volta das quais se indaga e reflete com grande liberdade. As diversas linhas de pensamento filosófico, teológico e pastoral, se se deixam harmonizar pelo Espírito no respeito e no amor, podem fazer crescer a Igreja, enquanto ajudam a explicitar melhor o tesouro riquíssimo da Palavra. A quantos sonham com uma doutrina monolítica defendida sem nuances por todos, isto poderá parecer uma dispersão imperfeita; mas a realidade é que tal variedade ajuda a manifestar e desenvolver melhor os diversos aspectos da riqueza inesgotável do Evangelho.

Porém, essa abertura à diversidade de pensamento tem-se fechado na Igreja Católica. Esse fechamento ocorre porque a Igreja Católica ainda não conseguiu quebrar a confusão de conceitos entre a defesa de uma visão monolítica da religião com o respeito à Hierarquia. Esse é um modelo de Igreja, mas o Concílio Vaticano II contrapôs dois modelos de Igreja:

- a) Um modelo em que a Hierarquia determina a doutrina e a disciplina e não admite questionamentos a essa doutrina estabelecida. A síntese é estabelecida e não questionada. É a visão sintética.
- b) Um modelo em que a doutrina é entendida e relida em diálogo com a realidade em que essa Igreja se insere. A análise das proposições é bem-vinda e o questionamento leva ao aperfeiçoamento da doutrina. É a visão analítica.

Aparentemente, o Concílio de Trento apoiou uma visão sintética de Religião. O Concílio de Trento reforçou a necessidade da Hierarquia, deixando claro o papel do clero sem abordar o papel do leigo dentro da Igreja. Esse ponto não tratado por aquele concílio gerou divergências sobre a interpretação do papel do leigo. Conforme coloca Venard (1995, p.346):

Os bispos à frente das dioceses; os párocos, das paróquias: essas são as duas colunas de sustentação da Igreja restaurada pelo concílio de Trento. Não mencionamos os leigos, pois deles o concílio nunca fala, a não ser como eventuais usurpadores dos direitos da Igreja (ou seja, do clero).

Isso não significa que, segundo o Concílio de Trento, os leigos não possam se manifestar, mas foi-se criando essa visão ao longo do tempo dentro da Igreja Católica. A princípio, o Concílio de Trento indicava a necessidade da autoridade do bispo, que deveria residir em sua diocese e do presbítero, que deveria residir em sua paróquia. Isso era uma clara indicação de que a Igreja não poderia ser gerenciada por poderes políticos ou econômicos. Ser bispo ou pároco não era um cargo honorífico apenas. Porém, a falta da indicação do papel do leigo no Concílio de Trento levou à conclusão errada de que leigos não poderiam questionar. Assim, foi-se elaborando um modelo de Igreja em que a Hierarquia se colocava como detentora inquestionável da verdade. É o que Ludwig Feuerbach (2013, p.246) percebeu:

A fé separa: isto é verdadeiro, isto falso. E somente para si atribui a verdade. A fé tem uma verdade determinada, especial, que por isso está necessariamente ligada com a negação, em seu conteúdo. A fé é por natureza exclusiva. Uma só é a verdade, um só é Deus, um só ao qual pertence o monopólio do filho de Deus; tudo mais não é nada, é erro, ilusão. Somente Jeová é o verdadeiro Deus, todos os outros deuses são ídolos nulos.

O Concílio Vaticano II apresentou um modelo alternativo a esse modelo sintético consolidado na Igreja de sua época. A ideia do Concílio Vaticano II não é que a Igreja seja a responsável por separar o que é verdadeiro do que não é verdadeiro, mas que seja um lugar para o diálogo, para a liberdade de investigação sobre a Fé. Como coloca a *Gaudium et Spes* (VATICANO II, 1965, n.62):

É mesmo de desejar que muitos leigos adquiram uma conveniente formação nas disciplinas sagradas e que muitos deles se consagrem expressamente a cultivar e aprofundar estes estudos. E para que possam desempenhar bem a sua tarefa, deve reconhecer-se aos fiéis, clérigos ou leigos, uma justa liberdade de investigação, de pensamento e de expressão da própria opinião, com humildade e fortaleza, nos domínios da sua competência.

Embora pareça novidade, essa visão de uma Igreja que acatava a diversidade já era indicada por, entre outros teólogos, Tomás de Aquino. Por isso, o Concílio Vaticano II é renovação, é releitura. É claro que não era uma visão que sempre se adotou nas ações da Igreja, mas Tomás de Aquino via a diversidade como algo positivo. Como ele indica (AQUINO, 2003, p.II-II, q.183, a.2):

A diversidade dos estados e dos ofícios não impede a unidade da Igreja, que se consuma pela unidade da fé, da caridade, do auxílio mútuo. (...) No corpo da Igreja conserva-se a paz entre os diversos membros por virtude do Espírito Santo que o vivifica.

É claro que Aquino não entendia diversidade no sentido moderno. Porém, partindo das cartas paulinas (cf. Ef. 4,11-12), ele confirma a necessidade de unidade na diversidade para a Igreja atingir a perfeição. Ou seja, há necessidade de se considerarem as diferentes visões numa busca de unidade, mas não de unificação. Isso significa que Aquino é contra uma visão sintética de Religião. Para Aquino, a Religião adequada é aquela que todos questionam de forma a buscar o aprendizado da Fé. Esse é o mesmo pensamento do Concílio Vaticano II, que Francisco reforça em sua carta.

A Religião não é o segmento de regras predeterminadas e fechadas em si mesmas, que formam uma síntese não questionável. Religião é uma releitura constante da Fé, ou seja, é questionamento. Essa é a mensagem do Concílio Vaticano II que ainda não foi entendida por muitos.

Conclusão: vive-se a real mensagem do Concílio?

Dialogar com o Mundo, como propõe o Concílio Vaticano II, exige que a Igreja Católica entenda o valor e a forma de agir considerando a Cultura (VATICANO II, 1965, n.62). Nesse sentido, o discurso inicial de João XXIII (1962) pede que a Igreja Católica seja menos um tribunal e mais um lugar em que o gênero humano possa manifestar as suas alegrias e tristezas. Em outras palavras, a renovação pedida pelo Concílio Vaticano II é, principalmente, a mudança e o aprofundamento da relação da Igreja com o mundo, da Igreja com as realidades materiais e de vida de cada ser humano. O Concílio não pede que as verdades dogmáticas sejam abandonadas em troca de uma visão relativista, como muitos acusam, mas que as verdades dogmáticas sejam constantemente relidas considerando a realidade do mundo em que a Igreja se insere atualmente.

A partir de críticas como o “aggiornamento”, a renovação, as propostas de João XXIII (1962) não foram totalmente aplicadas na vida da Igreja. Há resistências que, por exemplo, são elencadas por Francisco (2024). O entendimento do mundo atual ainda não é algo comum na Igreja. Nesse caso, os aspirantes ao clero, e mesmo os leigos, ainda não procuram uma visão de mundo, por exemplo, pelo estudo da Literatura. A Literatura, na visão do Papa Francisco, ajuda a desenvolver a racionalidade e a capacidade crítica de presbíteros (também de leigos) por abordar realidades e opiniões diferentes das posições indicadas pela Igreja. O diálogo se inicia pela escuta.

Para muitos católicos, porém, apesar de haver passado 60 anos desde o Concílio Vaticano II, essa abertura proposta por Francisco é ainda considerada perigosa. Um seminarista atento à leitura, por exemplo, de “O Crime do Padre Amaro” (QUEIROZ, 2011) ou de “Dom Casmurro” (ASSIS, 2009) pode questionar a própria vocação e desistir de buscar o presbiterado. Ele pode criar desejos de não manter o celibato. Na verdade, esse tipo de questão não é discutido de forma mais profunda e o diálogo maduro é deixado de lado. Mas não apenas o celibato não é discutido. Por exemplo, falta uma discussão mais profunda sobre o Diaconato Permanente considerando a pouca quantidade de vocações transformadas em ordenações nesse grau da Ordem. Esse aprofundamento – com o consequente aumento do número de diáconos permanentes em relação ao número de presbíteros – não ocorre porque desafia a Hierarquia da Igreja Católica, que ainda é muito forte a partir do desenrolar das tradições consideradas tridentinas.

A ideia do Concílio Vaticano II foi superar um modelo de Igreja, que esse artigo chamou de sintético, por querer uniformizar as indicações de regras e de punições. A Igreja Católica tem ainda que superar esse modelo sintético colocando-se como uma Igreja que analisa, que busca entender a realidade e que se posiciona diante dessa realidade com uma linguagem moderna e reconhecadora da diversidade de possibilidades de Igreja. É o que esse artigo chamou de modelo analítico. O perigo é sempre a volta ao passado, muito mais simples de lidar, pois traz uma uniformidade que permite o clero e a Igreja se concentrarem em si mesmos e não na realidade. Em outras palavras, o “aggiornamento” não é um momento, mas uma atitude de renovação permanente, que pode ser deixada ao esquecimento.

E esse esquecimento leva ao perigo do fim do “aggiornamento”, que surge quando a Igreja Católica se perde em seus caminhos de renovação. Ou seja, deixa de se renovar para ser uma Igreja normativa ou apenas litúrgica. Aos poucos, a Igreja está perdendo o sopro de renovação que recebeu do Concílio Vaticano II. Por isso, preocupado com a perda ou a não implantação de todas as renovações, Francisco reforça a necessidade de se abrir ao mundo pela Literatura (Francisco, 2024). O “aggiornamento” não foi uma solução marcada pela década de 1960. Não foi uma moda teológica. Ele tem que ser uma constante na Igreja sob pena de retornar ao estado anterior. Estado em que a Igreja estava perdendo seu papel na vida das pessoas.

Referências

AQUINO, T. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2003.

ASSIS, J.M.M. *Dom Casmurro*. Porto Alegre: L&PM, 2009. Edição do Kindle.

BENELLI, S.J e COSTA-ROSA, A. Estudo sobre a formação presbiteral num seminário católico. *Estudos de Psicologia*. v. 20, n. 3, p. 99-123, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2003000300008>

BLASUTTO, F. e DE LA CROIX, D. Catholic censorship and the demise of knowledge production in early modern Italy. *The Economic Journal*, v.133, n.656, p.2899-2924, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8095574>

FEUERBACH, L. *A essência do cristianismo*. 4 ed. Petrópolis, Vozes, 2013.

FIDES AGENCY. *Catholic church statistics 2024*. Vatican: Fides Agency, 2024. Disponível em https://www.fides.org/en/attachments/view/file/STATISTICS_2024_002_.pdf. Consultado em 16/01/2025.

FRANCISCO. *Carta do santo padre Francisco sobre o papel da Literatura na Educação*. Vaticano, 2024. Disponível em <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2024/documents/20240717-lettera-ruolo-letteratura-formazione.html>. Consultado em 31/12/2024.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Vaticano, 2013. Disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Consultado em 18/01/2025.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1966.

HACKMANN, G.L.B. e SANTOS, E.S. A restauração do diaconato permanente. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*. v.6, n.2, p.195-211, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18328/2179-0019/plura.v6n2p195-211>

HJELM, T. Discourse Analysis. In: STAUSBERG, M.; ENGLER, S. (ed.). *The Routledge handbook of research methods in the study of religion*. London; New York: Routledge, 2011. cap. 2.3, p. 134-151.

JOÃO XXIII. *Discurso de sua santidade papa João XXIII na abertura solene do SS. Concílio*. Vaticano, 1962. Disponível em https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Consultado em 31/12/2024.

LAWRENCE, J. e REED, C. Argument Mining Using Argumentation Scheme Structures. In: BARONI, P., GORDON, T.F. e SCHEFFLER, T. (Ed.). *Computational Models of Argument: Proceedings from the Sixth International Conference on Computational Models of Argument (COMMA)*. Amsterdam: IOS Press, 2016. p. 379-390. DOI: <https://doi.org/10.3233/978-1-61499-686-6-379>.

LIBANIO, J.B. A trinta anos do encerramento do Concílio Vaticano II. *Perspectiva Teológica*, v.27, n.73, p.297-332, 1995.

LOPES, M.A. Deus e o Diabo na hermenêutica de Saramago. *Remate de Males*, v.29, n.2, p.319-332, 2010. DOI: <https://doi.org/10.20396/remate.v29i2.8636282>.

MANZINI, R. Igreja em diálogo com o mundo moderno. In: ALMEIDA, J.C., MANZINI, R. e MAÇANEIRO, M. *As janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida, Editora Santuário, 2013. P.211-240.

MILEY, F. e READ, A. Using word clouds to develop proactive learners. *Journal of the Scholarship of Teaching and Learning*. v.11, n.2, p.91-110, 2011.

ONESTINI, A. Diaconato Permanente: o complexo caminho de restauração no Concílio Vaticano II e sua importância para a renovação da Igreja. *Teologia em Questão*, n.32, p.101-127, 2017.

QUEIROZ, J.M.E. *O crime do Padre Amaro*. Porto Alegre: L&PM, 2011. Edição do Kindle.

SHERIDAN, D.P. The Catholic Case: The Index of Prohibited Books. *Journal of Hindu-Christian Studies*. v.19, p.22-126, 2006. DOI: <https://doi.org/10.7825/2164-6279.1363>

SOUZA, L.A.G. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, v.18, n.52, p.77-95, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300007>

THEISSEN, G. *A religião dos primeiros cristãos: uma teoria do cristianismo primitivo*. São Paulo: Paulinas, 2009.

VATICANO II. *Constituição pastoral Gaudium et Spes sobre a igreja no mundo atual*. Vaticano, 1965. Disponível em https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Consultado em 26/01/2025.

VENARD, M. O Concílio Lateranense V e o Tridentino. In: ALBERIGO, G. *História dos concílios ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995. P.317-363.

YIN, R.K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.
